

Judith Butler

CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do "sexo"

M-1
edições



crocodilo

CORPOS QUE IMPORTAM

Judith Butler

CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do “sexo”

ISBN 978-65-81097-04-2

n-1 edições

Embora adote a maioria dos usos editoriais do âmbito brasileiro, a n-1 edições não segue necessariamente as convenções das instituições normativas, pois considera a edição um trabalho de criação que deve interagir com a pluralidade de linguagens e a especificidade de cada obra publicada.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Peter Pál Pelbart
e Ricardo Muniz Fernandes

DIREÇÃO DE ARTE Ricardo Muniz Fernandes

ASSISTENTE EDITORIAL Inês Mendonça

TRADUÇÃO Veronica Daminelli e Daniel Yago Françaoli

PREPARAÇÃO Cristina Yamazaki

REVISÃO TÉCNICA Daniel Yago Françaoli, Carla Rodrigues
e Pedro Taam

REVISÃO DE PROVA Flavio Taam

PROJETO GRÁFICO Érico Peretta

crocodilo edições

CORPO EDITORIAL Clara Barzaghi
e Marina Barzaghi de Laurentiis

*A reprodução parcial deste livro sem fins lucrativos,
para uso privado ou coletivo, em qualquer meio impresso
ou eletrônico, está autorizada, desde que citada a fonte.
Se for necessária a reprodução na íntegra, solicita-se
entrar em contato com os editores.*

1ª edição | Impresso em São Paulo | novembro, 2019

n-1edicoes.org
www.crocodilo.site

Judith Butler

CORPOS QUE IMPORTAM

Os limites discursivos do “sexo”

TRADUÇÃO

Veronica Daminelli e Daniel Yago França

M-1
edições



crocodilo

06	Agradecimentos
08	Prefácio
14	Introdução
54	CORPOS QUE IMPORTAM
106	O FALO LÉSBICO E O IMAGINÁRIO MORFOLÓGICO
164	IDENTIFICAÇÃO FANTASMÁTICA E A ASSUNÇÃO DO SEXO
208	<i>GENDER IS BURNING</i> : QUESTÕES DE APROPRIAÇÃO E SUBVERSÃO
240	“CRUZAMENTO PERIGOSO”: OS NOMES MASCULINOS DE WILLA CATHER
280	PASSAR-SE, ESTRANHAR: O DESAFIO PSICANALÍTICO DE NELLA LARSEN
312	DISCUTINDO COM O REAL
368	CRITICAMENTE <i>QUEER</i>

Agradecimentos

Agradeço mais uma vez a Maureen MacGrogan pelo interesse e pelo apoio a este livro, com sua generosidade e inteligência características. Meu apreço de longa data também vai para Joan W. Scott, pela maneira incisiva com que apoiou o projeto, pela leitura excelente de todo o texto e pela grande amizade. Tenho a sorte de ter excelentes leitoras, como Drucilla Cornell, Elizabeth Grosz e Margaret Whitford – suas críticas às versões anteriores do texto foram extremamente úteis. Agradeço também aos alunos de meu seminário na Cornell University pelas conversas estimulantes no segundo semestre de 1991, quando este projeto começou a tomar forma. A equipe de produção da editora Routledge foi também extremamente prestativa durante todo esse processo. Uma série de colegas e alunos ajudou na reflexão sobre o texto, às vezes lendo rascunhos e oferecendo críticas excelentes ou ajudando na produção do original: Elizabeth Abel, Bice Benvenuto, Teresa Brennan, Alexandra Chasin, William Connolly, Karin Cope, Peter Euben, Carla Freccero, Nelly Furman, Jonathan Goldberg, Simon Goldhill, Donna Haraway, Susan Harding, Gail Hershatter, Morris Kaplan, Debra Keates, Biddy Martin, Bridget McDonald, Mandy Merck, Michael Moon, Naomi Schor, Eve Kosofsky Sedgwick, Josh Shapiro, James Swenson, Jen Thomas, Tim Walters, Dave Wittenberg e Elizabeth Weed. Agradeço a Eloise Moore Agger por seu jeito irresistível; a Linda L. Anderson, Inès Azar, Fran Bartkowski, Robert Gooding-Williams, Jeff Nunokawa, Mary Poovey e Eszti Votaw pelas amizades indispensáveis. Agradeço a Wendy Brown por se comprometer com meu pensamento de forma minuciosa e crítica; e pela persuasão cuidadosa que me ajudou a rever algumas de minhas posições prévias para melhor atender e esclarecer meus próprios objetivos.

Este projeto contou com várias formas de apoio institucional pelas quais sou muito grata. Três capítulos foram apresentados em versões mais curtas no primeiro semestre de 1992 nas Beckman Lectures, no Departamento de Inglês da Universidade da Califórnia em Berkeley. Estou muito feliz por ter tido a oportunidade de aprender com colegas e estudantes da UC-Berkeley. No segundo semestre de 1991, como membro sênior da Sociedade de Humanidades da Universidade Cornell, recebi precioso retorno sobre este projeto, tanto da faculdade quanto dos alunos. Agradeço a Jonathan Culler por apoiar minha investigação de várias maneiras, incluindo seu convite para estar no Instituto de Pesquisas de Humanidades na UC em Irvine, em abril de 1992.

Meus alunos da Universidade Johns Hopkins foram interlocutores inestimáveis. E meus colegas do Centro Ciências Humanas da Johns Hopkins University, além de apoiarem minha pesquisa, forneceram uma vida intelectual rica e interdisciplinar pela qual sou muito grata.

Este livro foi escrito em memória daqueles amigos e familiares que perdi nos últimos anos: meu pai, Dan Butler; minha avó, Helen Greenberger Lefkovich; minhas amigas, Linda Singer e Kathy Natanson. E também para o grupo de colegas que enriquecem, apoiam e recebem esta obra tal como ela é.

Prefácio

Comecei a escrever este livro tentando considerar a materialidade do corpo, para logo descobrir que pensar a materialidade invariavelmente me levava a outros domínios. Tentei me sujeitar à disciplina de permanecer no tema, mas descobri que não poderia fixar corpos como simples objetos do pensamento. Além de os corpos tenderem a indicar um mundo além deles mesmos, esse movimento para além de sua delimitação, movimento do próprio limite, também pareceu ser bastante fundamental para mostrar o que os corpos “são”. Continuei perdendo o controle do tema. Demonstrei ser resistente à disciplina. Inevitavelmente, comecei a considerar que talvez essa resistência fosse essencial ao que tinha em mãos.

Contudo, ainda em dúvida, refleti que essa hesitação poderia ser a dificuldade vocacional dos formados em filosofia, que estão sempre algo distantes da corporeidade, e que tentam, de forma desencarnada, demarcar terrenos corporais: eles invariavelmente deixam escapar o corpo, ou pior, escrevem contra o corpo. Às vezes, esquecem que “o” corpo vem em gêneros. Mas talvez haja agora outra dificuldade, depois uma geração de escritoras feministas que tentou, com maior ou menor sucesso, trazer o corpo feminino para dentro da escrita, escrever o feminino de maneira próxima ou direta, às vezes mesmo sem qualquer preposição ou marcador linguístico de distância entre a escritura e o escrito. Talvez seja apenas uma questão de aprender uma maneira de ler essas traduções problemáticas, mas, mesmo assim, alguns de nós acabamos voltando para pilhar os prestígios destruídos do *logos*.

Teorizar a partir das ruínas do *logos* convida à seguinte pergunta: “E quanto à materialidade do corpo?” Na verdade, no passado recente, a questão me foi várias vezes formulada desta maneira: “E quanto à materialidade do corpo, *Judy*”? Acreditei que a adição de “*Judy*” foi um esforço para desalojar-me da

“Judith” mais formal e para lembrar-me de uma vida corporal que não poderia ser teorizada à distância. Havia certa exasperação na escolha desse diminutivo final, certa qualidade paternalista que me (re)constituía como uma criança rebelde, alguém que precisava ser obrigada a trabalhar, trazida de volta para o ser corporal que é, afinal, considerado o mais real, o mais urgente, o mais inegável. Talvez esse tenha sido um esforço para recordar-me de uma feminilidade aparentemente esvaziata, uma feminilidade que foi constituída naquele momento em meados dos anos 1950, quando a figura de Judy Garland, inadvertidamente, produziu uma série de “Judys” cujas apropriações e descarrilhamentos posteriores não poderiam ter sido previstos. Ou talvez alguém tivesse esquecido de me ensinar “os fatos da vida”? Ou estava eu perdida em meus próprios devaneios imaginários quando aquela conversa vital ocorria? E, se persisti nessa noção de que os corpos foram de alguma forma *construídos*, talvez eu realmente tenha pensado que palavras solitárias tivessem o poder de elaborar corpos com base em suas próprias substâncias linguísticas?

Ninguém poderia simplesmente ter me dado um toque?

Tudo ficou ainda pior, se não mais distante, com as questões levantadas pela noção de performatividade de gênero introduzida em *Problemas de gênero*.¹ Porque, se eu tivesse argumentado que os gêneros são performativos, isso poderia significar que eu pensava que uma pessoa acorda de manhã, examina o armário ou algum outro espaço mais aberto para o gênero de escolha, veste o gênero para aquele dia e, então, recoloca a peça de roupa em seu lugar à noite. Tal sujeito voluntarioso e instrumental,

1 Judith Butler, *Gender Trouble Feminism and the Subversion of Identity*. (New York: Routledge, 1990) [Ed. bras.: *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 1ª. edição].

aquele que *decidiria seu gênero*, claramente não pertence a seu gênero desde o início e fracassa em perceber que sua existência já está previamente *decidida pelo gênero*. Certamente, tal teoria poderia restaurar a figura de um sujeito – humanista – que toma decisões a partir do centro de um projeto cuja ênfase na construção parece ser bastante oposta a tal noção.

Mas, se não há o sujeito que decida seu gênero e se, pelo contrário, o gênero é parte do que decide o sujeito, como se poderia formular um projeto que preserve as práticas de gênero como locais de agenciamento crítico? Se o gênero é construído por meio de relações de poder e, especificamente, por restrições normativas que não só produzem, mas também regulam vários seres corporais, como poderia o agenciamento ser derivado dessa noção de gênero como efeito da restrição produtiva? Se o gênero não é um artifício para ser colocado ou retirado à vontade e, portanto, não é um efeito de escolha, como podemos entender o estatuto constitutivo e compulsório das normas de gênero sem cair na armadilha do determinismo cultural? Como podemos entender a repetição ritualizada pela qual essas normas produzem e estabilizam não só os efeitos de gênero, mas também a materialidade do sexo? E essa repetição, essa rearticulação, pode também constituir a ocasião para uma reformulação crítica das normas de gênero aparentemente constitutivas?

Alegar que a materialidade do sexo é construída por uma repetição ritualizada de normas dificilmente seria um argumento evidente por si mesmo. De fato, nossas noções habituais de “construção” parecem frustrar o entendimento de tal alegação. Com certeza, corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência; e esses “fatos”, alguém poderia proclamar com ceticismo, não podem ser rejeitados como mera construção. Deve haver algum tipo de necessidade que acompanha essas experiências primárias e

irrefutáveis. E decerto há. Mas a irrefutabilidade dos fatos de modo algum compromete o que poderia significar afirmá-los por meios discursivos. Além disso, por que se entende o que é construído como artificial e dispensável? O que deveríamos fazer com as construções sem as quais não seríamos capazes de pensar, de viver, de dar sentido a tudo, coisas que para nós, de algum modo, se fizeram necessárias? Seriam certas construções do corpo constitutivas no sentido de que não poderíamos agir sem elas, ou que sem elas não haveria nenhum “eu”, nenhum “nós”? Pensar o corpo como construído demanda repensar o significado da construção em si. E, se certas construções parecem constitutivas, isto é, têm esse caráter de ser isso “sem o qual” não poderíamos pensar de todo, poderíamos sugerir que os corpos apenas surgem, apenas perduram e apenas vivem dentro das restrições produtivas de certos esquemas de gênero altamente regulatórios.

Dada essa compreensão da construção como restrição constitutiva, seria ainda possível levantar a questão crítica de como tais restrições não só produzem o domínio de corpos inteligíveis, mas também produzem um domínio de corpos impensáveis, abjetos, inabitáveis? Esse último domínio não é oposto ao primeiro domínio, pois oposições são, afinal, parte da inteligibilidade; o último é o domínio excluído e ilegível que assombra o domínio antecedente como o espectro de sua própria impossibilidade, o próprio limite para a inteligibilidade, seu exterior constitutivo. Como, então, poderiam se alterar os próprios termos que constituem o domínio “necessário” dos corpos, tornando impensável e inabitável o outro domínio de corpos, aqueles que não importam [*matter*]² da mesma maneira?

2 O jogo semântico que a autora faz com a palavra *matter* em inglês, que significa, ao mesmo tempo, “matéria”, o verbo “importar” e “o assunto do qual se

O discurso da “construção”, que tem circulado sobretudo na teoria feminista, talvez não seja muito adequado para essa tarefa. É insuficiente argumentar que não há “sexo” pré-discursivo que atue como ponto estável de referência no qual – ou em relação ao qual – a construção cultural de gênero se realiza. Reivindicar que sexo é desde sempre gênero, desde sempre construído, ainda não é o mesmo que explicar de que forma a “materialidade” do sexo é produzida à força. Quais são as limitações pelas quais os corpos são materializados como “sexuados” e como devemos entender a “questão” [*matter*] do sexo, e dos corpos de modo mais geral, como a circunscrição repetida e violenta da inteligibilidade cultural? Quais corpos importarão [*matter*]– e por quê?

Ofereço este texto, então, em parte como forma de reconsiderar algumas seções de meu livro *Problemas de gênero* que causaram confusão, mas também como um esforço para pensar mais sobre o funcionamento da hegemonia heterossexual na criação de matérias [*matters*] sexuais e políticas. Como uma rearticulação crítica de várias práticas teóricas, incluindo os estudos feministas e *queer*, esta obra não pretende ser programática. E, ainda, como uma tentativa de esclarecer minhas “intenções”, ela também parece destinada a produzir novos conjuntos de mal-entendidos. Espero que, ao menos, eles se provem produtivos.

trata”, não pode ser plenamente vertido ao português. Assim, roga-se ao leitor que tenha em mente essa polissemia, que congrega, nesses três campos semânticos, os três eixos principais da obra: a materialidade do corpo, sua potência ou importância política e sua colocação em discurso. [N. R.]